

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 16 de julho, uma delegação do PCP reuniu com o Sindicato dos Funcionários Judiciais, com o objetivo de analisar as condições de trabalho dos oficiais de justiça nos tribunais do Algarve.

Nesta reunião, o PCP inteirou-se da carência de oficiais de justiça nos tribunais da região, cujo número, segundo o Sindicato, deveria ser reforçado em, pelo menos, 10%.

Em resposta a uma pergunta do PCP de fevereiro de 2017 sobre o défice de oficiais de justiça no Tribunal de Lagos, o Ministério da Justiça, reconhecendo esse défice, neste e noutros tribunais, informou que «a *Direção-Geral da Administração da Justiça procedeu à abertura de um procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, para ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça [...], e encetou diligências no sentido de assegurar a concretização da promoção de 400 oficiais de justiça às categorias de escrivão-adjunto e técnico de justiça-adjunto*».

A realidade é que, volvidos 18 meses, o procedimento concursal ainda não está concluído e mantém-se a carência de oficiais de justiça nos tribunais do Algarve!

Na reunião, a delegação do PCP foi ainda alertada para o facto de, devido à inexistência de promoções, se verificar uma carência muito acentuada de escrivães de direito e de escrivães-adjuntos nos tribunais algarvios. Por exemplo, no Juízo Central Criminal de Portimão há dois escrivães de direito para três secções, no Juízo de Comércio de Olhão há um escrivão de direito para duas secções e no Juízo Central Criminal de Faro há um escrivão de direito para três secções.

Verifica-se, ainda, nos tribunais algarvios uma acentuada carência de secretários de justiça, levando a que, por exemplo, o secretário de justiça do Tribunal de Portimão acumule ainda os tribunais de Lagos e Silves ou que o secretário de justiça do Tribunal de Olhão acumule ainda os tribunais de Tavira e Vila Real de Santo António.

A carência de oficiais de justiça traduz-se num volume de trabalho exacerbado, numa tremenda pressão e numa necessidade recorrente de prolongamento do horário normal de trabalho. Só a dedicação e empenho destes trabalhadores permite que, numa situação de carência de recursos humanos, se vá dando resposta às exigências do serviço.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Justiça, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Governo que há carência de oficiais de justiça nos tribunais do Algarve, circunstância que se traduz num volume de trabalho exacerbado, numa tremenda pressão e numa necessidade recorrente de prolongamento do horário normal de trabalho?
2. Quando serão colocados mais oficiais de justiça nos tribunais algarvios? Quantos em cada tribunal?
3. Quando serão desbloqueadas as promoções para as categorias de secretário de justiça, escrivão de direito, técnico de justiça principal, escrivão-adjunto e técnico de justiça-adjunto?

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)